MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v12i24.16749

O papel da branquitude na construção do Outro e do Eu nas Relações Internacionais

The role of whiteness in the construction of the Other and the Self in International Relations

El papel de la blanquitud en la construcción del Otro y del Yo en las Relaciones Internacionales

Carolina Antunes Condé de Lima
Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: carolina.conde@unesp.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9982-8945

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar o papel da branquitude no processo de divisão do mundo entre **o Eu e o Outro**, e suas consequências para as Relações Internacionais. Para tanto, o artigo divide-se em quatro partes. Na introdução são apresentadas discussões sobre colonialismo e colonialidade, e como estes impactaram na América Latina e na construção de um ideal d'Outro, com base no encontro entre europeus e nativos americanos. A primeira sessão busca contribuir para a discussão de construção do Outro trazendo uma parte da história que por vezes é ignorada: o encontro do que chamamos aqui de pré-Europa com o Oriente. Em seguida, é abordada a construção do Eu a partir da discussão proposta por Cida Bento (2022) sobre branquitude e seu papel na hierarquização do mundo. Por fim, são apresentadas as Considerações Finais deste artigo, na qual propomos repensar tanto os processos iniciados na colonização como as consequências destes, para que seja possível recontar a história e, consequentemente, as Relações Internacionais de uma maneira que não se valha dos silêncios e apagamentos daqueles que foram conquistados pelo homem branco ocidental.

Palavras-chave: Branquitude, Eurocentrismo, Modernidade, Racismo, Colonialidade.

Abstract: The purpose of this article is to highlight the role of whiteness in the process of dividing the world into **the Self and the Other**, and its consequences for International Relations. To do so, the article is divided into four parts. The introduction presents discussions on colonialism and coloniality and how they have shaped Latin America and the construction of an ideal Other, based on the encounter between Europeans and Native Americans. The first session seeks to contribute to the discussion of the construction of the Other by bringing up a part of history that is sometimes ignored: the encounter between what we call here pre-Europe and the East. Following, the construction of the "Self" is addressed, based on the discussion proposed by Cida Bento (2022) on whiteness and its role in the hierarchization of the world. Finally, we will present the Final Considerations of this article, in which we propose rethinking both the processes that began with colonization and their consequences so that it is possible to retell history and, consequently, International Relations in a way that does not make use of the silences and suppressions of those who were conquered by the western white man.

Keywords: Whiteness, Eurocentrism, Modernity, Racism, Coloniality.

Resumen: El objetivo de este artículo es demostrar el papel de la blanquitud en el proceso de división del mundo en el Yo y el Otro, y sus consecuencias para las relaciones internacionales. Para eso, el artículo se divide en cuatro partes. La introducción presenta discusiones sobre el colonialismo y la colonialidad y cómo impactaron en América Latina y en la construcción de un ideal del Otro, a partir del encuentro entre europeos y nativos americanos. La primera sesión busca contribuir a la idea de la construcción del Otro trayendo a la reflexión una parte de la historia a veces ignorada: el encuentro entre lo que aquí llamamos pre-Europa y Oriente. A continuación, se aborda la construcción del "nosotros", a partir de la discusión propuesta por Cida Bento (2022) sobre la blanquitud y su papel en la jerarquización del mundo. Por último, se presentan las Consideraciones Finales de este artículo, en las que se propone repensar tanto los procesos que se iniciaron con la colonización como sus consecuencias, de modo que sea posible recontar la historia y, en consecuencia, las Relaciones Internacionales de una manera que no se ampare en los silencios y los apagamientos de aquellos que fueron conquistados por los hombres blancos occidentales.

Palabras clave: Blanquitud, Eurocentrismo, Modernidad, Racismo, Colonialidad.

Recebido em: 31-01-2023

Aceito em: 20-03-2024

1 INTRODUÇÃO

Desde a chegada dos europeus na América Latina, o continente se tornou sinônimo de atraso. Foi a partir do contato entre europeus e os indígenas que aqui estavam que conceitos como estado de natureza[1], contrato social e modernidade se desenvolveram, transformando a população originária do continente em referencial de marcador temporal, sendo associando-os as noções de atraso humano e o ponto de partida para o quê o europeu havia se tornado (FERNÁNDEZ, 2019; OLIVEIRA, 2020; QUIJANO, 1998). Com a introdução dos africanos escravizados e sequestrados de seus lares na composição da *Améfrica Ladina*, após o julgamento de Valladolid (1522)[2], mais um elemento foi adicionado na formação do continente: a determinação daqueles que eram passíveis de serem explorados. Assim se deu a composição da Améfrica Ladina.

Os encontros que aconteceram no continente durante a sua formação fizeram da Améfrica Ladina uma grande Encruzilhada de Exu, lugar onde encontros acontecem e novas possibilidades surgem (RUFFINO, 2018). É importante salientar que essa Encruzilhada foi forjada na violência – física, sexual, psicológica e epistêmica do homem branco sobre as sociedades não brancas encontradas no território *ladino amefricano*. Isso marca o primeiro ponto sobre a história a ser (re)contada: a história da colonização é uma história de violência.

De acordo com Césaire (2020, p. 21), a "colonização [é] uma cabeça de ponte, em uma civilização, da barbárie que, a qualquer momento, pode levar à pura e simples negação da civilização". A colonização e a colonialidade que se seguiu são processos violentos que, como diz Fanon (2022), buscaram tirar daquele que foi colonizado qualquer resquício de humanidade. Esse processo violento de extirpação da humanidade do colonizado, porém, é um processo dual: ao perpetuar a violência e desumanizar o outro, o colonizador abdica de sua própria humanidade (CÉSAIRE, 2020).

O processo de colonização, portanto, torna a Europa indefensável. Césaire (2020) já nos explicou o porquê, mas o porquê de Césaire precisa de um antes – um antes que nos permita entender como e de onde se criou a cultura e a vivência centrada na Europa que a tornou in-

1 Leviatã, de Thomas Hobbes, foi publicado em 1651, mais de um século após a chegada europeia ao que viria a ser o continente *ladino amefricano.* A obra de Hobbes é conhecida como aquela que inaugura as discussões sobre a origem contratual do Estado, exercendo grande influência sobre autores que mais tarde discutiram o mesmo tema, como Rousseau e Kant.

2 O julgamento de Valladolid (1522) colocou frente-a-frente duas ideias distintas: a de que os indígenas americanos teriam alma, o que impossibilitava a sua exploração e escravização, tese defendida por Bartolomé de las Casas *vs* a ideia de que eles eram seres desalmados e, portanto, passíveis de serem escravizados, tese defendida por Ginés Sepúlveda (GROSFOGUEL, 2016)

defensável. Como parte de um esforço inicial em busca deste entendimento, o objetivo deste artigo é demonstrar o papel da branquitude no processo de divisão do mundo entre o Outro e o Eu e as consequências disso para as Relações Internacionais. Para tanto, realizo uma breve apresentação dos elementos centrais para a compreensão da branquitude – raça, modernidade e eurocentrismo – e seus impactos na construção das imagens do Eu e do Outro. Dito isso, este não é um artigo que se esgota em si, pelo contrário, busca-se contribuir com as discussões que estão sendo propostas por autoras e autores que têm se debruçado sobre os estudos pós e decoloniais nas RI.

Para realizar tal contribuição, faço uso da ideia de bell hooks (2019) de que a teoria pode ser um lugar de cura, um lugar de autorrecuperação e libertação coletiva, na qual teoria e prática são usadas para contestar o que a autora chama de **ato privilegiado de nomear**. De acordo com a autora, o "ato privilegiado de nomear muitas vezes abre aos poderosos o acesso a modos de comunicação e os habilita a projetar uma interpretação, uma definição, uma descrição de seus trabalhos e de seus atos que pode não ser exata, pode esconder o que realmente está acontecendo" (hooks, 2019, p. 86). Á essa ideia é somada o que Vitalis (2000) chamou de *norm against noticing*, ou seja, o silêncio e a criação de um pretexto sobre a presença de corpos racializados nos ambientes acadêmicos. Em consonância com hooks e Vitalis, Grosfoguel (2016) afirma que

> essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem (sic) gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo (GROSFOGUEL, 2016, p. 25).

Para super a questão do racismo epistêmico, Vitalis (2000) apresenta três alternativas: a primeira é discutir como a branquitude moldou a cultura e a história; a segunda é criticar a segregação teórica que ainda coloca os escritos euro-estadunidenses como núcleo central das RI enquanto marginaliza outros escritos; e, por último, "documentar a centralidade da presença afro-americana e as constantes interações das tradições intelectuais no dia a dia estadunidense" (p. 333, tradução nossa). Neste artigo, objetiva-se contribuir com a primeira alternativa colocada por Vitalis ao trazer a discussão de branquitude para a discussão sobre colonialismo e colonialidade. Para isso, aponto o papel da branquitude na constituição das RI.

Para tanto, além desta introdução o artigo se divide em outras três partes. Em um primeiro momento, será abordada a construção do Outro em dois momentos: primeiro, no encontro do que chamamos aqui de pré-Europa com o Oriente e depois, o encontro da Europa

com as Américas e seus habitantes e com os africanos que foram escravizados e inseridos na lógica da exploração colonial que teve início no século XVI. Após a exposição dos acontecimentos entendidos como centrais à construção d'Outro, será abordada a construção do Eu a partir da discussão proposta por Cida Bento (2022) sobre branquitude e seu papel na hierarquização do mundo. Por fim, serão apresentadas as Considerações Finais deste artigo.

2 O OUTRO

Para Quijano (2005), a raça é um dos elementos centrais do padrão de poder mundial que se consolidou no que chamamos de Sistema Mundo[3]. De acordo com o autor, raça é uma "construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo" (QUIJANO, 2005, p. 107). Ou seja, o construto de raça e os processos de racialização que se seguiram após a chegada dos europeus na Améfrica[4] tem como elemento fundamental a ideia de que a Europa é o centro de tudo.

A decisão de colocar a Europa no centro após a descoberta das Américas tem duas consequências principais: (1) a divisão internacional do trabalho, dando origem ao que chamamos de Sistema Mundo Capitalista[5] e (2) a divisão da humanidade em diferentes raças. Essa divisão é consequência da

> codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados [baseados em uma suposta] distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de infe-

3 Em 'O Moderno Sistema-Mundo', Immanuel Wallerstein discorre sobre a formação do Sistema Internacional e de como os países da Europa Ocidental tiveram ganhos maiores que os demais países do Sistema-Mundo Capitalista por terem sido o lócus primário de acumulação e desenvolvimento do Sistema. De acordo com o autor: "o Primeiro e o Terceiro Mundo partem de pontos bastante desiguais no processo de inserção ao capitalismo: Enquanto os países europeus passam por todo o processo de quatro séculos de desenvolvimento do capitalismo e se firmam como o centro desse sistema, os países do Terceiro Mundo são inseridos em uma estrutura sistêmica já existente; a inclusão desse grupo de Estados se dá pela exploração – seja ela por mão de obra ou por recursos naturais. A dinâmica da divisão internacional do trabalho que até meados do século XX se deu através da relação império – colônia se transforma em uma relação centro – periferia" (WALLERSTEIN, 1996).

4 O uso do termo cunhado por Lélia González (2020) para determinar o espaço geográfico é proposital. Por mais que na oportunidade de seu texto a autora tenha citado especificamente o caso brasileiro, entendemos que existe a possibilidade de colocá-lo para toda a região, em função da própria definição dada por González. A autora afirma que o país não foi formado apenas pelos brancos europeus, mas por uma combinação de povos, portanto, "não apenas os pretos e pardos do IBGE são ladino amefricanos" (GONZÁLEZ, 2020, p. 127, grifo da autora).

5 O surgimento do Sistema-Mundo Capitalista após a descoberta das Américas divide o mundo entre Centro e Periferia (WALLERSTEIN, 1996).

> rioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida como principal elemento constitutivo, fundacional, de dominação que a conquista exigia (QUIJANO, 2005, p. 107).

A partir disso, é possível dizer que o racismo, a ideia de que uma raça é superior a outra, é elemento fundacional do eurocentrismo e da sua modernidade. Ou seja, o eurocentrismo é racista.

Há uma relação direta entre raça, modernidade e eurocentrismo. Na verdade, mais do que uma relação direta, essas ideias não existem em separado, elas são codependentes umas das outras. Em função dessa relação, se faz necessário apresentar estes conceitos a fim de explorar e analisar como eles se retroalimentam. Contudo, antes é necessário pontuar uma diferença importante entre a argumentação que será apresentada e a dos autores já citados. Diferente do que é colocado por Quijano (1998, 2005) e tantos outros autores do grupo chamado Modernidade e Colonialidade (BALLESTRIN, 2013), parto da ideia de que o encontro dos europeus com os chamados Outros não é consequência de sua chegada às Américas. Tendo como referência, principalmente Grosfoguel (2016) e Said (2007), entendo que essa conceitualização na realidade teve início alguns séculos antes no contato da pré-Europa[6] com os povos do Oriente, em especial do Oriente Próximo muçulmano.

2.1 O Outro antes da América: o inimigo ideal

O conflito entre aquilo que se tornaria a Europa e o que se designou Oriente muçulmano começou no século VII, quando o Islã ganhou território e se consolidou como uma nova religião monoteísta na região de origem do cristianismo. Esse conflito ganhou maiores proporções quando Jerusalém foi tomada pelos muçulmanos e a Terra Santa deixou o controle cristão no século seguinte. A partir de então, a própria Igreja Católica iniciou um processo de disseminação de ideias degradantes do islã e de seus seguidores, apresentando-os como infiéis e inimigos de Deus (LIMA, 2017). Três séculos depois, esse discurso se transformou em parte da justificativa da Primeira Cruzada e de todas as que se seguiram. De acordo com Papa Urbano II, líder da Igreja de Roma e responsável pelo início das Cruzadas, aquele era o tempo

6 O que chamo de 'pré-Europa' é o que Hourani (2006) e Said (2007) falam sobre a formação de uma unidade política anterior à criação de Estados, no formato que os conhecemos. A ideia é que "a formação da unidade cultural europeia é [antecipada] pela formação da unidade religiosa, de forma que o cristianismo foi reduzido à Europa e a Europa foi reduzida ao cristianismo. A ideia de unidade europeia, tendo como referência os turcos como os outros, institucionalizados sob o Império Otomano, fez dos muçulmanos os inimigos [do cristianismo e, consequentemente, daquilo que se tornaria Europa] ao ameaçarem à religião, à liberdade, à cultura e ao modo de vida europeu" (LIMA, 2017, p. 54).

CC BY NC SA

"da confrontação com muçulmanos. [No qual] Deus lutaria contra os muçulmanos utilizando-se de soldados cristãos" (MASTNAK, 2010, *apud* LIMA, 2017, p. 52).

O lançamento da Primeira Cruzada e os conflitos pela Terra Santa que se seguiram tiveram um papel importante para a consolidação do território que viria ser a Europa: desde então a imagem do muçulmano é vista como o maior foco de animosidade cristã, culminando na imagem do Islã, seu Profeta e seguidores como inimigos número um do que viria a ser o Ocidente. A partir de então, a representação do árabe mulçumano no imaginário da sociedade que formaria a Europa ganhou traços estereotipados e status de opositor complementar, ou seja, a ideia de Europa e de europeu foram construídas em oposição à ideia daquilo que os árabes muçulmanos eram. A construção do árabe muçulmano como opositor complementar e ameaça à cristandade acabou por colocá-los no lugar d'Outro, um Outro que é inimigo e que representava em diversos aspectos, mas em especial moralmente, aquilo que a sociedade europeia não era (SAID, 2007).

Essa ideia d'Outro como inimigo se consolida durante o processo d'A Reconquista de Al-Andalus, no final do século XV, quando acontece um dos quatro grandes epistemicídios cometidos no grande século XVI. De acordo com Fernandez (2019), epistemicídio é "um processo levado a cabo nos últimos cinco séculos de supressão de conhecimentos locais, cosmovisões e saberes outros presentes nas 'sociedades e sociabilidades coloniais'" (*idem*, p. 458-459). A partir dessas supressões foram iniciados os processos de silenciamentos e de construção de uma verdade universal que tem a narrativa europeia como centro (GROSFOGUEL, 2016). Os quatro grande epistemicídios do século XVI foram:

> 1. contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus em nome da "pureza do sangue"; 2. contra os povos indígenas do continente americano, primeiro, e, depois, contra os aborígenes na Ásia; 3. contra africanos aprisionados em seu território e, posteriormente, escravizados no continente americano; e 4. contra as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indo-europeu na Europa, que foram queimadas vivas sob a acusação de serem bruxas. (GROSFOGUEL, 2016, p. 31).

O processo de "limpeza de sangue" contra muçulmanos e judeus, promovido na Península Ibérica teve como plano de fundo o que Grosfoguel (2016) chamou de racismo religioso – o Outro sendo aquele que tem o Deus errado e por isso toda violência contra ele é permitida nesse processo. Como mencionado anteriormente, essa ideia não era nova, ela datava das primeiras Cruzadas (séc XI) e acompanhou a formação da Europa desde então, colocando o não-cristão como um Outro que ocupa uma posição bastante específica: a de inimigo. Essa concepção foi transposta mais tarde à América quando espanhóis e portugueses passaram a

entender que os povos originários não almejavam a tal civilização que eles diziam trazer, o que foi transformado em justificativa para as chamadas Guerras Justas[7].

Sendo assim, olhar para o encontro entre a pré-Europa e o Oriente antes de 1492 é necessário porque retoma um elemento importante para o processo de colonização americano: já existia um Outro no imaginário europeu, um tipo ideal[8] daquilo que a Europa não era e não viria a ser; já existia um outro que foi colocado na posição de opositor complementar (SAID, 2007). Dessa forma, quando os europeus chegaram à América os povos que aqui viviam foram alçados ao lugar d'Outro **subalterno**, no qual os **fenótipos** tomaram o lugar da religião como principais marcadores de diferença entre os que chegaram e os que aqui já estavam. Dessas diferenças surgiram as divisões com base nas raças e, por consequência, tiveram início os processos de racialização que se tornaram determinantes na elaboração das RI.

2.2 RAÇA, MODERNIDADE E EUROCENTRISMO: a criação do outro subalterno

A existência d'Outro antes da chegada dos europeus ao território que seria transformado em América não invalida ou diminui a importância dos processos que tiveram início em 1492, apenas os colocam sob uma nova perspectiva. Enquanto o contato da pré-Europa criou um opositor ideal da sociedade que se formava com base no cristianismo, a chegada na América deu origem àqueles que precisavam ser tutelados para que pudessem alcançar a evolução e o desenvolvimento que os tornariam mais próximos ao homem cristão europeu.

A tomada deste **fardo do homem branco**[9], de levar os selvagens em direção à luz, se deu a partir de três ideias codependentes: raça, modernidade e eurocentrismo. Ao afirmar a interdependência destas ideias parto do pressuposto que elas não existem em separado, por isso a ordem de apresentação e encadeamento dos conceitos poderia ser abordado de acordo com

7 O entendimento de Guerra Justa remete ao Império Romano e era usado como forma de retratar as relações do Império com os estrangeiros. O conceito foi utilizado para se referir às disputas com os povos não-cristãos durante o Debate de Valladolid (1550-1551). Na ocasião Giles Sepúlveda fez uso da ideia de Guerra Justa para argumentar a favor da violência contra os indígenas nos territórios americanos por se tratar de uma guerra atrelada à disseminação do cristianismo (BLANCO, DELGADO, 2021; MALDONADO-TORRES, 2007).

8 A ideia de 'tipo ideal' ou 'tipo puro' é uma noção weberiana que objetiva facilitar o estudo ao apontar um caminho a ser seguido pelo pesquisador. Estes, contudo, são incapazes de abranger a complexidade do que se propõem estudar pois se baseiam em uma visão caricaturada da realidade a fim de comparar um tipos opostos – um sendo o modelo a ser seguido e o outro uma oposição perfeita àquele, implicando em uma ideia de superioridade (WEBER, 1992).

9 A referência direta ao poema 'O fardo do homem branco' do escritor britânico Rudyard Kipling (1865-1936) não é despretensiosa. A obra, primeiro publicada em 1899, faz referência direta aos processos de colonização que estão acontecendo no século XIX. Ao fazer referência ao processo que aconteceu quase quatrocentos anos antes, a ideia é pontuar que ambos os processos são parte de um mesmo movimento de colonialismo.

CC BY NC SA

a preferência de cada um. Assim como diversas discussões que surgem nas ciências humanas, não é possível apontar uma data específica para quando cada uma dessas ideias surgiu, mas é possível indicar acontecimento de referência: a chegada de Cristóvão Colombo na "América", em 12 de outubro de 1492[10]. O marco temporal aqui escolhido me ajuda a determinar a maneira como os conceitos serão encadeados e elaborados porque ele marca o encontro com o Outro racializado e inferiorizado, que acabou por transformar o mundo.

2.2.1 Raça

Como já apontado acima, o conceito de raça foi um dos elementos centrais para a constituição do padrão de poder mundial, impactando diretamente nas relações estabelecidas desde a sua conceitualização. A ideia de poder mundial também deriva do desenvolvimento do Sistema-Mundo que surge após a chegada dos europeus à América. Esse padrão de poder mundial é caracterizado por uma complexa estrutura de níveis interligados que envolvem:

> (1) a (re)classificação da população de todo o planeta; (2) uma estrutura institucional funcional para articular e gerenciar tais classificações (aparatos estatais, universidades, igrejas, etc); (3) a definição dos espaços apropriados para tais objetivos; (4) uma perspectiva epistemológica a partir da qual pode-se articular o significado e o perfil da nova matriz de poder e da qual a nova produção de conhecimentos poderia ser canalizada (DELGADO; BLANCO, 2021, p. 131).

A ideia de raça surge do encontro entre europeus com os povos originários da América, ainda no final do século XV. Apesar de tentativas científicas de transformar questões de raça em algo biológico, o que sustentaria e justificaria uma ideia de superioridade e inferioridade entre seres humanos, hoje é sabido que raça é uma construção social e como toda construção social, a ideia era justificar ou impor uma visão de mundo ou, no caso do processo de colonização da América, a imposição e a justificação da dominação e exploração dos povos e terras encontrados (BENTO, 2022; QUIJANO, 2005; SCHUCMAN, 2012; SILVA, 2021).

Desde então, se estabeleceu um padrão de dominação e hierarquia que tem a raça como elemento organizador, gerando implicações diretas sobre os padrões de relação e interação humana entre europeus e indígenas americanos desde seus primeiros contatos. O conceito de raça foi elaborado como uma construção social usada para hierarquizar a sociedade colonial em todas as suas dimensões, desde a divisão do trabalho até a possibilidade de ocupar espa-

10 12 de outubro de 1492 é a data da chegada de Cristóvão Colombo à América, acontecimento que marca o início da Modernidade para as pessoas envolvidas com os estudos decoloniais (DUSSEL, 2005).

ços e de poder saber. Essas determinações têm por base uma divisão feita por uma linha de cor imposta na colonização e que permanece até hoje (GROSFOGUEL, 2016; QUIJANO, 1998; SILVA 2021).

Esse processo de construção da ideia de raça teve como consequência o que chamamos de processo de racialização, ou seja, a partir das diferenças fenotípicas os colonizadores europeus passaram a designar raças aos povos não brancos: a diversidade de populações originárias que habitavam o continente americano foi reduzida a índios e os africanos escravizados e sequestrados, oriundos de diversas regiões da África, foram reduzidos a negros. Esse processo de criação de identidades homogeneizadoras e reducionistas implicou em um primeiro momento na retirada, repressão e apagamento das identidades originárias; no longo prazo, o resultado foi a imposição de uma identidade negativa a esses grupos que foram transformados nos indesejáveis das sociedades criadas a partir do padrão europeu (QUIJANO, 1998).

Este processo que Quijano (1998) chamou de distribuição de identidades sociais teve, em um primeiro momento, impacto na classificação de toda a população amefricana, mas ganhou proporções globais conforme a expansão colonial europeia e o avanço do capitalismo. Isso aconteceu porque a divisão das sociedades em identidades raciais passou a ter como régua uma linha de cor que dividia não só hierarquicamente as possibilidades de ser e saber, como os postos de trabalho que cada grupo era permitido ocupar. Enquanto aos brancos eram destinados os cargos burocráticos e de maiores salários, as populações racializadas eram exploradas no trabalho servil ou no trabalho escravo, ambos sem direito a qualquer tipo de remuneração.

James (2010), por exemplo, narra como a estrutura social/racial da colônia foi montada de uma maneira que ser branco era uma forma de assegurar determinados privilégios para poucos. De acordo com ele, em Santo Domingo, atual Haiti,

> a descendência de brancos, pretos e mestiços tinha 128 divisões. O verdadeiro mulato era a criança de uma negra pura com um branco puro. A criança de um branco com uma mulata era um quadrarão, com 96 partes de branco e 32 de preto. Mas o quadrarão poderia ser produzido pelo branco e pela marabu, na proporção de 88 para 40, ou pelo branco e pela sacatra, na proporção de 72 para 56 e assim por diante até 128 variedades. Mas o *sang-mele*, com 127 partes brancas e uma parte negra, continuava sendo um homem de cor (JAMES, 2010, p. 49).

Essa divisão foi especialmente importante na história da revolução de Santo Domingo porque a dinâmica que ela impôs foi determinante para que leis fossem aprovadas retirando direitos da população não-branca e contribuindo para criar o cenário que culminou na revolução.

Esse processo de racialização do trabalho e dos espaços é uma realidade até hoje. Como coloca Cida Bento (2022),

> me lembra do que Gilberto Gil chamava de "mão de limpeza" – "Na verdade, a mão escrava/Passava a vida limpando/ O que o branco sujava [...] Eta branco sujão". Essa "mão de limpeza", fundamental para que a sociedade continue funcionando, marca a trajetória de muitas famílias negras, mas é um lugar social (BENTO, 2022, p. 81).

Um exemplo disso trabalhado pela autora é o caso da chamada PEC das Domésticas e da Lei Complementar 150/2015, que equiparou os direitos das funcionárias domésticas aos demais trabalhadores urbanos e rurais do Brasil, setenta anos após a criação da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT.

Esta divisão racial do trabalho e, consequentemente, da remuneração produziu também uma divisão racial dos espaços, gerando espaços que são vistos como impróprios às pessoas não-brancas. Assim como o trabalho, a geografia também era racializada. Como descrito por Fanon (2022), os territórios colonizados eram divididos entre os espaços dos colonizadores, que se assemelhavam às metrópoles e os quais os corpos racializados não podiam, nem deveriam, frequentar. Estes espaços, no imaginário de alguns, ainda existem e são compostos desde a sala de aula da Universidade Pública à Disneylândia[11].

No âmbito internacional, a racialização do trabalho também permanece até hoje. Como já apontado, é a partir da chegada dos europeus à América que o mundo é dividido entre Centro e Periferia, entre um espaço de exploração e outro de acumulação (WALLERSTEIN, 1996). Em função disso é possível concluir que: (1) deixar a periferia, ou Sul Global, à míngua sempre foi parte do projeto; e que (2) a Europa é uma invenção do Terceiro Mundo (CÉSAIRE, 2021).

2.2.2 Modernidade

Em paralelo ao desenvolvimento dos entendimentos sobre raça e aos processos de racialização, a ideia de modernidade começa a ser desenvolvida. O pensamento europeu estabeleceu que a modernidade inicia após o Renascimento e tem na Revolução Francesa e no desenvolvimento dos ideais iluministas, no final do século XVIII, o seu grande auge. Essa elaboração de modernidade é vista como "uma emancipação, uma 'saída' da imaturidade por um esforço

11 Referência à fala do ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, ao mencionar que em períodos anteriores ao da gestão do qual fazia parte, o dólar valorizado produziu uma "'festa danada', pois empregadas domésticas iam à Disneylândia." (GUEDES DEFENDE DÓLAR..., 2020).

da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano" (DUSSEL, 2005, p. 27). Esta é uma visão que se centra na emancipação racional do homem europeu e tem origem e fim dentro de um único espaço geográfico: a Europa. Para Dussel (2005), contudo, esta seria apenas a segunda fase da modernidade, uma fase que amplia algo que teve início em 1492. Para o autor, "modernidade realmente pôde nascer quando se deram condições históricas de sua origem efetiva: 1492 – sua empírica mundialização, a organização de um mundo colonial e o usufruto da vida de suas vítimas, num nível pragmático e econômico" (DUSSEL, 2005, p. 29-30).

A modernidade é uma consequência direta da expansão marítima iniciada por espanhóis e portugueses nos séculos XV e XVI, momento no qual "todo o planeta se [tornou] o 'lugar' de uma só história mundial" (DUSSEL, 2005, p.27), cujo eixo central era o colonialismo. A modernidade se apresenta, portanto, como uma das faces do colonialismo, enquanto a outra face é a colonialidade. Para Maldonado-Torres (2007, p. 243 *apud* DELGADO; BLANCO, 2021, p.128) "colonialismo denota uma relação política e econômica na qual a soberania de uma nação ou população baseia-se no poder de outra nação, o que faz de tal nação um império", ou seja, existe uma relação de dominação e subordinação entre as partes envolvidas.

Colonialidade, por sua vez, é um conceito cunhado pelo sociólogo Aníbal Quijano que estabelece que o descobrimento e conquista das Américas deu início a uma nova ordem mundial que permanece até hoje. De acordo com Maldonado-Torres (2007, p. 243 *apud* BLANCO; DELGADO, 2021, p. 129), podemos chamar de colonialidade "duradouros padrões de poder que emergi[ram] como resultado do colonialismo, mas que define a cultura, o trabalho, as relações intersubjetivas, e produção de conhecimento" e forma uma matriz colonial de poder que controla inúmeras dimensões da vida humana como, por exemplo, a sexualidade, a política, as epistemes, além das dimensões econômicas, espirituais, linguística e racial (BLANCO; DELGADO, 2021).

A modernidade é fruto dos processos de colonialismo e de colonialidade e, independente do momento histórico ao qual se remete seu surgimento, uma coisa permanece: a centralidade da racionalidade europeia. A diferença entre ambas as leituras sobre modernidade tem relação ao papel da América Latina no desenrolar deste processo: enquanto a visão tradicional entende que a modernidade é uma criação espontânea da Europa, na qual a racionalidade é atingida a partir de um desenvolvimento histórico falso, autores como do grupo Modernidade e Colonialidade apontam para a centralidade da exploração das colônias de Espanha e Portugal para o desenvolvimento da Europa moderna. Ou seja, a América Latina é parte constituinte da Modernidade, uma parte que é explorada, dominada e silenciada (DUSSEL, 2005).

CC BY NC SA

O paradigma da Modernidade como contado pelos europeus, que buscam traçar sua origem no mundo grego, culminando no aparecimento do mundo europeu moderno no século XVIII, é uma invenção ideológica do romantismo alemão que ignorou encontros históricos com o Oriente Próximo e com a América Latina que foram determinantes para o surgimento da Europa. Para além do que já foi abordado anteriormente sobre o encontro com o Oriente muçulmano, Dussel (2005, p. 25) afirma que o "avanço muçulmano-turco sobre o que viria a ser a 'Europa Latino Medieval' é que permit[iu] distinguir, pela primeira vez, a Europa da África e do mundo oriental". Para distinguir-se do mundo ao seu redor, o Renascimento europeu apoiou-se no mito fundador da Grécia como berço da sua civilização, equivalendo gregos, romanos e cristãos.

Soma-se a isso, o papel da América Latina. Mais uma vez, tem-se que enquanto o Oriente se colocava como opositor ideal, no continente americano foram encontrados aqueles que poderiam ser assimilados, mas que para isso precisariam ser civilizados. A assimilação via civilização deveria ser colocada em curso de toda maneira, destruindo os obstáculos que pudessem surgir, justificando a guerra justa colonial. Dessa forma, a implementação da Modernidade foi usada como justificativa para a violência utilizada nos processos de colonização na América e, mais tarde, em África e Ásia.

Como citado anteriormente, conforme aponta Césaire (2020), a colonização tem uma ação dual: ao mesmo tempo no qual se propõe levar à civilização aqueles alheios a ela, o colonizador deve se despir do que lhe foi ensinado como civilizado para poder perpetuar o processo civilizador. A violência da colonização, como explicita Fanon (2022), não é apenas a de pessoas e da terra, mas também envolve um processo de retirada de humanidade do colonizado.

A violência de desumanizar o Outro não é apenas física, apesar de os castigos e a imposição do trabalho forçado serem elementos centrais desse processo, mas também emocional e cultural: do colonizado foram retiradas suas manifestações culturais, o seu entendimento de sociedade e de relações pessoais, sua organização social, suas línguas, representações artísticas e seu sagrado, ou seja, do colonizado foi arrancado o seu **mundo de viver**, ou seja: desumanização é consequência e parte da violência epistêmica e ontológica direcionada aos grupos colonizados. A partir disso, é possível dizer que a implementação da chamada Modernidade racional tinha em si um lado irracional que em nome da civilização, sacrificou indígenas, sequestrou e escravizou africanos, oprimiu e violentou mulheres e crianças e destruiu inúmeros mundos de viver.

2.2.3 Eurocentrismo

A chegada dos europeus à América e a racialização do não-branco que se seguiu, dividiu e estratificou a população mundial. Somado ao processo da racialização, o paradigma da Modernidade, colocou a Europa como modelo de desenvolvimento e civilização, estratificando saberes e culturas. Ou seja, houve desde então o estabelecimento de uma linha de cor que indica os saberes, crenças e práticas aceitáveis, além da possibilidade de participação social e acesso econômico e financeiro. Nessa configuração de mundo o homem europeu se colocou no topo da hierarquia enquanto outorgou aos demais os papéis de servidão e exploração. A partir disso, configura-se o que chamamos de Eurocentrismo: "a Europa como fonte de saber e riqueza" (QUIJANO, 2008, p. 108).

A legitimação desse processo de racialização dos povos não-europeus, somada à ideia de modernidade vs. Atraso, teve como consequência direta a elaboração e a disseminação dos conceitos de estado de natureza e contrato social. Enquanto o estado de natureza é uma formação ficcional que encontra representação nas sociedades dos povos amefricanos, o contrato social foi criado para garantir e manter os interesses de um pequeno grupo enquanto se formava a ideia do que viria a ser o modelo de Estado europeu que, mais tarde, seria exportado pelo mundo. A partir de então, ficou estabelecida uma relação hierarquizada, tanto social como temporal: as sociedades originárias foram transformadas na representação do atraso, daquilo que um dia a Europa foi, mas que conseguiu superar até alcançar a modernidade (OLIVEIRA, 2020; ROJAS, 2019).

Por meio da instituição da divisão do mundo baseada na racialização e na imposição de uma hierarquia civilizacional, ideias como modernidade e racionalidade foram transformadas em identificadoras de um progresso exclusivo da Europa. Logo, se por um lado a Europa e os europeus eram tidos como fonte da modernidade e da racionalidade, por outro lado isso significava que os demais povos e lugares conhecidos eram sinônimos de atraso e misticismo. Essa divisão binária do mundo é peculiar ao eurocentrismo,

> o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. Não se trata, em conseqüência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras,

> não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo. (QUIJANO, 1998, p. 115).

Conforme colocado por Rojas (2019), essa associação da Europa com a modernidade, acaba por ser usada como princípio organizador de um projeto que outorga a poucos o direito de ser e impõe aos demais o não-direito de ser, tendo que existir à sombra daqueles que são permitidos de existir.

3 O EU

Como colocado anteriormente, o processo de racialização dos povos não-europeus foi um processo essencial para o desenho e para as atribuições de funções no Sistema-Mundo Capitalista. Esse processo, somado às ideias de Modernidade e Eurocentrismo foram responsáveis por configurar a estrutura social, econômica, política, sexual, espiritual e do conhecimento nos últimos cinco séculos. A partir de uma diacronia unilinear que começa na Grécia, passa pelo Império Romano e chega na Europa Moderna, contou-se a história do mundo como se todos os demais lugares do globo só tivessem começado a existir após a chegada dos europeus (DUSSEL, 2005).

Ao entendermos a centralidade da raça, da modernidade e do eurocentrismo na maneira como a história foi contada, constituindo as demais culturas como periféricas fica claro que o Eurocentrismo foi imposto como uma característica universal, que não pode nem deve ser questionada dada a sua superioridade moral e civilizatória, como colocado por Kant (*apud* DUSSEL, 2005). Essa moral europeia foi universalizada nos processos de colonização ao redor do mundo que tinham como objetivo fundamental defender os interesses das potências mundiais e a manutenção do Sistema-Mundo moderno (WALLERSTEIN, 2007).

Para além dos interesses de manutenção das suas vantagens econômicas e da universalização de uma moral tipicamente europeia, outra característica determinante dos processos de colonização que iniciaram em 1492 foi a universalização do homem branco como padrão do saber mundial. Os processos de epistemicídios iniciados no longo século XVI definiram o homem branco ocidental como único detentor de saberes, fazendo dele um privilegiado epistêmico – o único capaz de falar, saber e definir conhecimento. Ou seja, a conquista e exploração das Américas iniciou um processo de inferiorização de conhecimentos outros, enquanto impôs o saber masculino ocidental como verdade universal (GROSFOGUEL, 2016).

Esse monopólio do saber masculino tem gerado há mais de cinco séculos instituições e estruturas que reproduzem o sexismo e o racismo epistêmicos. Isso foi possível graças aos epistemicídios do longo século XVI, que fizeram surgir as estruturas do conhecimento coloniais/modernas e originaram a epistemologia fundante do saber ocidental. Estes saberes estão ancorados nas estruturas epistêmicas de apenas cinco países: Itália, França, Inglaterra, Alemanha e EUA. Se partirmos da ideia que toda teoria carrega questões sócio-históricas de seus autores (HOOKS, 2017), isso significa que as teorias estão limitadas às experiências e visões de mundo de homens de apenas cinco países. Esse provincialismo, entretanto, é visto e reproduzido como universal. O privilégio epistêmico destes poucos tem como contrapartida o racismo e sexismo epistêmicos contra as discussões que surgem de fora da província eurocentrada (GROSFOGUEL, 2016).

Além dos epistemicídios, outro elemento central na formulação do Eu é o cartesianismo de Descartes (1983). A famosa frase do filósofo francês, "penso, logo existo", pôs fim a séculos de formulações filosóficas que atrelavam o conhecimento humano a Deus. A partir de Descartes, o conhecimento passou a ser fundamentado no **Eu**, um Eu europeu que produz o único conhecimento verdadeiro, capaz de superar as barreiras de tempo e espaço – um ser universal, objetivo e neutro. Isso só se tornou possível a partir da separação de corpo e mente imposta pelo pensamento descartiano, para o qual ambos não são partes de algo único mas sim partes diferenciadas e sem relação: enquanto o corpo físico sofre com sentimentos e sensações, a mente é etérea.

Por entender mente e corpo como partes distintas, Descartes acredita que o ser humano é capaz de construir conhecimentos imparciais. Logo, ao separar corpo e mente e ao colocar a mente em uma posição quase divina, desligada dos acontecimentos terrenos, cria-se a ideia de que o conhecimento que o ser humano produz é universal. Dois problemas surgem da elaboração de Descartes: a primeira é que o "universalismo pregado como mote de um modelo de consciência e razão totalitária, produtor do desvio existencial/coisificação dos seres, é também elemento propulsor da destruição de saberes praticados durantes séculos" (RUFINO, 2019, p. 19); a segunda é que o conceito de humano na época era diretamente associado ao homem branco Europeu (SILVA, 2021). Consequentemente, criou-se a ideia de que o universal é branco, masculino e europeu. Logo, frente ao universalismo eurocentrado que parte das práticas de esquecimento e apagamento d'Outros, o enfrentamento das ideais coloniais demanda o combate do cárcere racial e de suas produções e a junção de corpo e mente como um só (RUFINO, 2018; 2019).

3.1 Branquitude

O combate ao cárcere racial imposto pelo universalismo europeu demanda que o homem branco europeu seja racializado tal qual os demais povos foram, a fim de tirá-lo da posição de ser universal e único detentor do saber. Para isso, é necessário abordar a branquitude. Branquitude, entretanto, não pode ser lida como uma identidade racial, na verdade, o termo diz respeito a uma estrutura de opressão e dominação com base na raça, mas não é lida como uma identidade. Ao entendermos que branquitude está na estrutura e não é uma identidade, fica mais fácil entender como se dão as relações de dominação e de privilégios que perpassam o nosso cotidiano (BENTO, 2022).

O privilégio que as pessoas brancas têm, de acordo com Bento (2022) é intrínseco à condição de ser branco, queira a pessoa branca ou não. "Ou seja, a herança está presente na vida de todos os brancos, sejam eles pobres ou antirracistas. Há um lugar simbólico e concreto de privilégio construído socialmente para o branco" (*idem*, p. 63-64). Isso é consequência dos processos de racialização e universalização do branco como padrão, o que acabou os tornando referência de humanidade. É importante notar que "nas sociedades marcadas pela colonização europeia e pelo racismo, a condição de branco implica o **acesso a uma série de vantagens sociais, econômicas e de status**" (*idem*, p. 66, grifo nosso).

As vantagens de um significam, automaticamente, que outros tantos estão em desvantagem. Os privilégios dos quais as pessoas brancas desfrutam têm como contrapartida a discriminação individual e institucional que os corpos racializados sofrem. Em um país como o Brasil onde mais da metade da população é de pessoas negras, mas, ainda assim, são minorias em espaços públicos e privados, é possível afirmar que a discriminação institucional é parte do projeto de país ao qual pertencemos. O apagamento das histórias dos quilombos e de tantas outras resistências, assim como da luta do povo negro pela abolição fazem parte desse processo de silenciamento ou, como coloca Charles W. Mills, da ignorância branca. Por ignorância branca entende-se que

> o óbvio precisa ser relembrado, já que interesses podem moldar a cognição **– e as sociedades escolhem o que querem lembrar e o que querem esquecer**. A ignorância moral que implica julgamentos incorretos sobre o que é certo e o que é errado está incluída nessa abordagem, assim como a crença falsa (MILLS *apud* BENTO, 2022, p. 39, grifo nosso).

A ignorância branca compõe dois dos elementos centrais de perpetuação da branquitude. O primeiro deles é o racismo institucional, ou seja,

> ações em nível organizacional que independentemente da intenção de discriminar acabam tendo impacto diferencial e negativo em membros de um determinado grupo (...) é na organização da instituição, ao longo da história, que se constrói a estrutura racista. É na escolha exclusiva de perspectivas teóricas e metodológicas eurocêntricas que se manifesta a branquitude. Elementos da cultura negra e indígena, quando presentes no currículo, não são reconhecidos como tais ou estão estigmatizados. O racismo institucional, às vezes, se refere a práticas aparentemente neutras no presente, mas que refletem e perpetuam o efeito de discriminação praticada no passado. O conceito de racismo institucional é importante, porque dispensa discussões sobre, por exemplo, se determinada instituição ou seus profissionais explicitam, na atualidade, preconceito contra negros e negras. O que importa são os dados concretos, as estatísticas que revelam desigualdades (BENTO, 2022, p. 77-78, grifo nosso).

O segundo é o pacto narcísico da branquitude. A ideia de que a fim de apagar os atos desumanos praticados no passado por membros do grupo racial dominante, **a história é reconstruída de maneira a diminuir os impactos e a responsabilidade de determinados grupos na exploração e assassinatos de outros**. Dessa forma, fica possível não só usufruir da herança conquistada de forma violenta, como também se apaga a história e as origens dos privilégios que poucos usufruem. A partir deste discurso é fácil chegar ao discurso da meritocracia para justificar desigualdades e reproduzi-las ainda mais.

Entender e abordar a branquitude na formação do Eu que determinou e construiu os nossos saberes é essencial para que possamos romper com o pacto que esconde e busca apagar as responsabilidades que as pessoas brancas têm em uma sociedade que foi construída sobre o racismo. Enquanto apenas o outro é racializado e o branco é tido como universal, haverá perpetuação da opressão e da dominação de uns sobre outros. A opressão e a dominação não acontecem apenas em níveis individuais, mas, principalmente em níveis estruturais.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo trouxe como proposta acrescentar dois elementos às discussões colocadas pelos autores do grupo Modernidade e Colonialidade: o papel do encontro da pré-Europa na constituição d'Outro e como isso impactou na construção de um Outro subalterno quando do encontro Europa-América; e acrescentar a discussão sobre branquitude na formação do processo do Eu, ou seja, como a não-racialização do homem branco europeu contribuiu, e ainda contribui, para a fomentar ainda mais a estrutura de dominação e poder gerada nos processos de colonização.

CC BY NC SA

A construção da Europa a partir da racialização do resto do mundo, começando pela América e depois se espalhando pelos demais territórios que foram dominados, fez com que as bases dessa identidade fossem para além de racistas, supremacistas. Não bastasse os problemas dessa forma de se portar no mundo, em função da expansão capitalista capitaneada pela Europa, esse modo de viver foi imposto aos países e sociedades que sofreram em algum momento com a dominação europeia.

Como consequência dessa construção houve a divisão do mundo por uma linha de cor perceptível a olho nu, mesmo depois dos processos de descolonização e dos supostos incentivos ao desenvolvimento dos territórios invadidos e explorados pelos europeus. Para constatar isso basta olhar para a lista dos países mais ricos ou daqueles que têm poder de decisão junto às principais Organizações Internacionais, ou basta olhar de onde são os principais autores das relações internacionais, por exemplo. Conforme coloca Fernandéz (2019), isso é problemático porque a nossa disciplina e nosso olhar sobre o mundo acabam sendo tão colonizados como os povos que foram forçados a renunciarem a seus mundos de viver para viverem sob uma ideia de homogeneidade e universalismo que não é real.

Conforme demonstrado, esse processo de construção se acentua com a invasão da América e o processo de escravização e conquistas em África, mas ele começa quando aquele coletivo que se tornaria o continente europeu cria um inimigo na tentativa de construir e validar uma unidade que tem como pilar central o cristianismo. Dessa forma, é possível dizer que a Europa e o eurocentrismo são compostos e se criaram a partir da oposição a dois espaços distintos: em um primeiro momento, opondo-se ao Oriente árabe muçulmano, tendo nele o seu rival e inimigo; e depois à Améfrica, que ocupa o lugar de inferioridade na relação.

Tendo como contraponto tanto o Oriente muçulmano como a Améfrica o que se tem é que a identidade europeia foi construída a partir do não ser – essa, portanto, não é uma identidade que se afirma, mas que reduz e renega o Outro, tentando se colocar como grande oposição àquilo e àqueles que considera inferiores a si. A identidade negativa outorgada aos outros é, na verdade, da Europa e é por isso que ela é indefensável.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 11, p. 89-117, 2013.

BENTO, Cida. **O pacto da Branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BLANCO, Ramon; DELGADO, Ana Carolina Teixeira. Problematizando o outro absoluto da modernidade: a cristalização da colonialidade na política internacional. In: TOLEDO, Aureo. **Perspectivas Pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais.** Salvador : EDUFBA, 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. Ilustração de Marcelo D'Salete. Cronologia de Rogério de Campos. - São Paulo: Vendeta, 2020

DESCARTES, René. Meditações In: **Os Pensadores**. 3 ed. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução de Ligia Fonseca Ferreira; Regina Salgado Campos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERNÁNDEZ, Marta. As Relações Internacionais e seus Epistemicídios. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.8. n.15, jan./jun., 2019.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flavia Rios; Marcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón: "A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI", **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, número 1, janeiro/abril 2016.

GUEDES defende dólar alto: "Era empregada doméstica indo pra Disneylândia. Uma festa danada". **Revista Fórum**, 2020. Disponível em: https://revistaforum.com.br/politica/2020/2/12/guedes-defende-dolar-alto-era-empregada-domestica-indo-pra-disneylndia-uma-festa-danada-69100.html. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 2.ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017

JAMES, C. L. R. Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de Santo Domingo. Tradução Afonso Teixeira Filho, 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2010.

KIPLING, Rudyard. O fardo do homem branco. 1899. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/O_fardo_do_Homem_Branco.

LIMA, Carolina Antunes Condé de. Sete semanas em Gaza: uma análise dos discursos de Barack Obama sobre a guerra dos cinquenta e um dias (2014). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (ed.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007. pp.127-167.

OLIVEIRA, Ananda Vilela da Silva. Epistemicídio e a academia de Relações Internacionais: o Projeto UNESCO e o afrodiaspórico sobre o Brasil e seu lugar no mundo. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2020.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina." Revista Ecuador Debate 44, p.227-238, 1998.

_____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REVISTA FÓRUM

ROJAS, Cristina. Contestando as lógicas coloniais do internacional: rumo a uma política relacional para o pluriverso. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.8. n.15, jan./jun., 2019.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. **Revista Periferia**, v.10, n.1, p. 71 - 88, Jan./Jun. 2018

_____. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial. 2019 2005, p. 117-142.

SAID, Edward W.: **Orientalismo**: O Oriente como Invenção do Ocidente, Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

SCHUCMAN, Lia Verner. Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo': raça, hierarquia e poder na constituição da branquitude paulistana. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Karine de Souza. "Esse silêncio todo me atordoa": a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12. senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37

VITALIS, Robert. The Graceful and Generous Liberal Gesture: Making Racism Invisible in American International Relations. **Millennium**: Journal of International Studies, 2000. Vol. 29, No. 2, p. 331-356. 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. O sistema mundial moderno – O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Vol. 2. Porto: Afrontamentos, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. O universalismo europeu: a retórica do poder. Trad. Beatriz Medina; apresentação Luiz Alberto Moniz Bandeira. São Paulo: Boitempo, 2007.